



Se intransigência da Petrobrás persistir, petroleiros param

# ASSEMBLEIAS APROVAM

# GREVE

# DIA 29



Quase 900 petroleiros participaram das assembleias que rejeitaram a proposta e aprovaram a greve

A indignação foi a tônica das assembleias que se encerraram ontem nas bases do Rio de Janeiro, em participação crescente. A categoria petroleira rejeitou quase por unanimidade (889 a 1 e 5 abstenções) a proposta apresentada pela Petrobrás, que reduz a abrangência da AMS e do Benefício Farmácia, além de insistir em um reajuste de 1,73%, quando o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central em 23/10, indicou uma estimativa da inflação em 3,06% para este ano. Não só no Rio, mas em todas as bases do país, a proposta de retirada de direitos mobilizou os trabalhadores, que aprovaram greve por tempo indeterminado a partir do dia 29, próxima quarta-feira.

Na próxima segunda, dia 27, a plenária de organização da greve acontece no Sindipetro-RJ a partir das 17h30.

No Cenpes, a assembleia da unidade marcou a assembleia de organização da greve para esta quinta-feira (23), 11h30, e propôs incorporar à contraproposta da FNP as reivindicações relativas ao PAE, ao embarque eventual e ao adicional de transferência, além de retomar a exigência ao afastamento de João Elek.

Ao desmonte da Petrobrás, conduzido por Pedro Parente e Michel Temer, soma-se o lobby das empresas petrolíferas do Reino Unido, segundo denúncias divulgadas no último final de semana (ler página 3), resultando no afrouxamento

das regras tributárias, ambientais e de conteúdo local, além de questionáveis “parcerias” com a Petrobrás, com graves consequências para os trabalhadores da empresa e para o país. Petroleiros e petroleiras sabem disso e estão unidos para resistir.

Leia mais sobre ACT e Equacionamento da Petros na página 8.

## AGENDA SINDIPETRO-RJ

- **Dia 23, 11h30, portaria 1 do Cenpes - Assembleia de organização da greve na unidade**
- **Dia 24, 11h30, Clube da Petrobrás - Reunião de terceirizados do Cenpes**
- **Dia 27, 17h30, auditório do Sindipetro-RJ - Plenária de organização da greve**
- **Dia 29 - GREVE**

## USO POLÍTICO DO BALANÇO DA PETROBRÁS

**D**e acordo com o apresentado nas demonstrações financeiras da Petrobrás no 3º trimestre do ano (3T-2017), a empresa obteve um lucro líquido de R\$ 5,031 bilhões nestes 9 meses de 2017 (9M-2017), ante um “prejuízo” de R\$ 17,334 bilhões no mesmo período. As justificativas para estes números, pelo lado positivo, seriam devidas às maiores exportações líquidas de petróleo e derivados a preços mais elevados; menores gastos com pessoal e com baixas de poços secos e/ou sub-comerciais; ganho com a venda da NTS no 2T-2017 e redução do impairment dos ativos. Pelo lado negativo, teríamos as menores margens e volume de vendas de derivados no Brasil e os maiores gastos com adesão a programas de regularização de débitos federais. O lucro líquido do 3º trimestre (3T-2017) atingiu R\$ 266 milhões, no mesmo patamar do 2T-2017. O EBITDA Ajustado nos 9M-2017 ficou estável em R\$ 63,571 bilhões (margem de 31%) e o Fluxo de Caixa Livre atingiu R\$ 37,456 bilhões, 26% acima do registrado no mesmo período do ano anterior.

Tudo isso tem feito com que os porta vozes do mercado pontuem que a Petrobras pode fechar 2017 com o pri-

meiro lucro anual desde 2013, antes da Operação Lava Jato, evidenciando a “competência inequívoca” da gestão atual, comprometida com o retorno ao acionista e “blindada” contra a corrupção e as interferências do governo (será?).

Ainda assim, estas mesmas vozes assumem que o resultado do 3T ficou abaixo dos valores esperados por seus analistas, que aguardavam um lucro na casa dos bilhões. A Petrobras justifica que a diferença reflete fatores não recorrentes, como a adesão a programas de regularização tributária e provisão para contingências judiciais. Afirma também que apesar disso existe uma sobra de R\$ 37,5 bilhões que está sendo usada para rever o perfil da dívida da empresa, mas insiste no cumprimento cego ao programa de desinvestimentos, mesmo quando o próprio mercado alega não ser necessário (vide boletim Sindipetro nºXXVIII).

Sabemos, porém, que as margens menores da operação de refino refletem a estratégia atual de criar deliberadamente espaço para a concorrência (vide boletim Sindipetro-RJ nºX) e que o aumento das despesas de vendas da Companhia foi causado pelo pagamen-

to do uso da malha de gasodutos que já foi nossa (vide boletim Sindipetro-RJ nºXIV); ambos os fatores contribuíram fortemente para que as expectativas do mercado não fossem atendidas desde o 2T-2017. E continuarão pesando progressivamente, somando a outros ainda por vir à medida que o plano de desmonte de Pedro Parente for se concretizando. No entanto, cria-se a imagem de uma recuperação brutal da Petrobrás em função da comparação dos números com os falsos prejuízos criados anteriormente, como fruto de exercícios de impairment desproporcionais que tiveram dupla função: fortalecer o mito da Petrobrás quebrada e criar um clima favorável ao desmonte da Companhia. Hoje, e cada vez mais, as vendas de ativos estratégicos cobram seu preço e a mediocridade na qual a Petrobras mergulha será indisfarçável em pouco tempo.

Independente disso, os devotos do Deus Mercado continuarão a argumentar sobre factoides, usando os balanços da Petrobrás para fins políticos e fortalecendo uma política que em seu conjunto apenas transforma a empresa e o país em presa fácil de interesses que não são do povo brasileiro.

### TUDO QUE FAZEMOS AQUI DENTRO... AJUDA A MOVER A VIDA LÁ FORA!

Uma chamada, que, a princípio, pode ser encarada como positiva, porém esmiuçando um pouco mais, vemos claramente que o “lá fora” é lá fora mesmo!

Numa rápida busca no Google Maps, vê-se que a imagem usada na campanha da Petrobras – e página de abertura para os funcionários, como algo para

“dialogar com o empregado Petrobras” – escolhe exatamente uma praça no centro de Nova Iorque, ilha de Manhattan!

Um deboche! Um detalhe sutil – ou não – que mostra quão escancarado estão sendo feitas as entregas e doações de nossas riquezas, soberania e possibilidades de futuro de nosso povo.



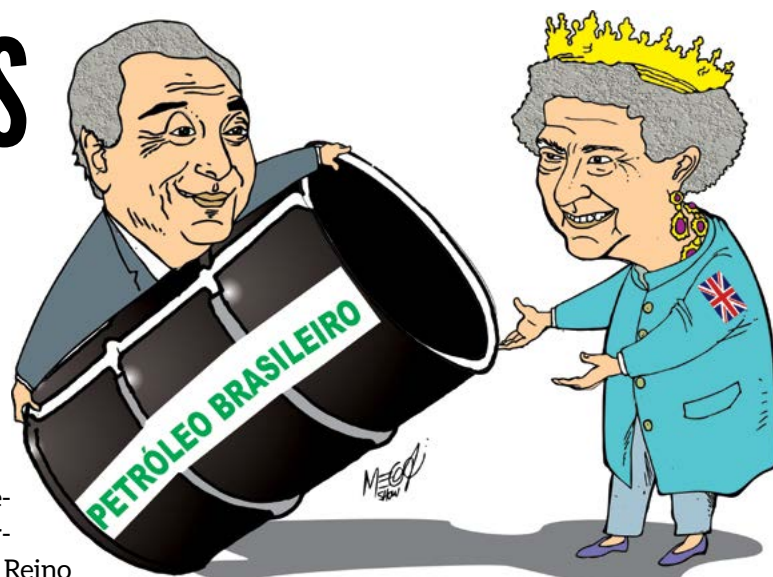
### Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro  
www.sindipetro.org.br  
(21)3034-7300/7326

**Comunicação:** Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália, Vinícius | (21)3034-7307/7337 | **Edição e redação:** Claudia de Abreu (MTb 17.081-RJ) | **Redação:** Rosa Maria Corrêa (MTb 15.804-RJ) e André Pelliccione (MTb 19.301-RJ) | **Secretaria:** Ronaldo Martins | **Diagramação:** Carlos Soares (Mtb. 3698) | **Projeto Gráfico:** Caio Amorim | **Ilustrações:** Luís Cláudio (Mega) | **Fotos:** Samuel Tosta. **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 12.000



# MINISTRO INGLÊS FEZ LOBBY COM GOVERNO TEMER



Shell e BP foram beneficiadas

No domingo (19/11), o Greenpeace denunciou a prática de lobby do governo do Reino Unido no Brasil e divulgou documentos do governo que comprovam o foco em tributação, licenciamento ambiental e regras sobre contratação de empresas locais. O ministro do Comércio do Reino Unido, Greg Hands, esteve no Brasil em março deste ano para um café da manhã no Rio de Janeiro com o secretário-executivo no Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, para obter ajuda às empresas britânicas de energia, mineração e água a fecharem negócios no Brasil. Entre essas empresas estão as petrolíferas Shell, British Petroleum (BP) e Premier Oil.

**NEGOCIATA** - Poucas horas depois da

postagem do Greenpeace na internet, o jornal do Reino Unido, *The Guardian*, deu visibilidade mundial à denúncia. O governo do Reino Unido nega que tenha praticado lobby, mas em agosto o governo Temer propôs um plano de alívio tributário de bilhões de dólares para perfuração *offshore* e em 27 de outubro a BP e a Shell foram as grandes vitoriosas no leilão do Pré-sal, abocanhando participação relevante das licenças de perfuração em águas profundas. (ver *Boletim Sindipetro-RJ XXIX*)

**TRATADOS DE FACHADA** - Para o Greenpeace, o Reino Unido envolveu-se em um episódio embaraçoso. Segundo Rebecca Newson, assessora política do Grupo - que há 46 anos luta pelas florestas, oceanos e pelo clima - a prática junto ao governo brasileiro enfraquece o regime

de licenciamento ambiental que prejudica todos os esforços difundidos pela Grã-Bretanha na cúpula da ONU em Bonn.

**LOBISTA** - Paulo Pedrosa é conhecido como o número 2 das Minas e Energia no governo Temer. Ele foi nomeado para o cargo em maio do ano passado pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. Pedrosa notabilizou-se quando presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace), que representa pelo menos 50 empresas da indústria da transformação, por pressionar a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contestando ações de Desenvolvimento Energético no âmbito de política públicas.

## OS SINDICATO SOMOS NÓS! SINDICALIZE-SE!

Na luta contra a retirada de direitos e pela busca de novos direitos, assim como na luta contra o avanço avassalador da privatização, um sindicato forte é uma peça muito importante. Parte dessa força vem da quantidade de trabalhadores sindicalizados. Significa mais recursos materiais e significa, sobretudo, mais representatividade. Além da associação, a participação é uma das principais chaves para as vitórias.

O que é um sindicato? A resposta parece óbvia, mas temos pelo menos duas maneiras de entender. Uma, a mais famosa, coloca o sindicato como uma instituição, quase externa à categoria que legalmente representa. Nessa visão, a

diretoria do sindicato é vista como o sindicato, como se tudo se resumisse a ela. No extremo dessa idéia, vários integrantes de diretorias muitas vezes agem como se fossem donos do sindicato e muitos trabalhadores que não estão em diretorias de sindicatos, associados ou não, se comportam na lógica Botão Compartilhado sindical. Ou seja, como se o sindicato fosse um self-service ou uma máquina na qual colocamos uma moeda (ou nem isso) e recebemos uma guloseima. Essas atitudes, de um lado e de outro, costumam se retro-alimentar. Qual é a outra maneira de entender um sindicato? Olhando no retrovisor, podemos aprender com os trabalhadores que organizaram o movimen-

to sindical no século 19 e no início do século 20. Em síntese, um sindicato é um instrumento de organização dos trabalhadores construído, no cotidiano, pelos próprios trabalhadores. Nessa linha, a diretoria é apenas a parcela que fica mais diretamente responsável por realizar decisões do coletivo, mas cada trabalhador é responsável pelo sindicato, pois o sindicato somos todos nós. E é assim que um sindicato pode realmente ser forte e autônomo em relação aos patrões e seus prepostos.

**Agenda da banquinha de sindicalização** - 23/11 no Edihb e no Cenpes; 24/11 no Tebig; 27/11 na UTE; 28/11 no Tabg e Edcin/UP.



## O ECONOMISTA QUE INCOMODOU PEDRO PARENTE

O professor William Nozaki está sendo processado por seus artigos que denunciam as relações do presidente da Petrobras com o sistema financeiro. O Sindipetro-RJ conversou com ele.

**Em seus artigos você fala no interesse do setor financeiro neste processo de desmonte e venda de ativos da Petrobras. Este processo de privatização é diferente daquele iniciado por FHC e sua tentativa de criar a Petrobrax?**

Tanto no governo FHC quanto no atual governo Temer o desmonte das empresas estatais encolheu a capacidade do Estado planejar, regular e coordenar pacotes de investimentos capazes de promover o desenvolvimento industrial e tecnológico do país. Entretanto, há uma diferença entre os dois períodos. No governo FHC as privatizações respondiam a um projeto de enxugamento do Estado e de reconformação do chamado tripé macroeconômico, naquela ocasião a política monetária de juros elevados e a política fiscal de superávits primários buscava cumprir três objetivos: manter a estabilidade da moeda com a valorização cambial do real, atrair e remunerar bem os compradores de títulos da dívida pública e ampliar o superávit primário a fim de abrir o mercado nacional para a financeirização. No governo Temer as privatizações respondem a um projeto acelerado de pilhagem do Estado e de ruptura com os principais pactos sociais brasileiros, haja visto o que se faz com a CLT e com a Constituição, não há pudor em colocar desregradamente todo o patrimônio nacional à venda e mesmo assim o país continua com déficit público, sem crescimento econômico e com piora nas políticas públicas como um todo. Não concordo com nenhum dos dois projetos de privatização, mas o do FHC ao menos guardava certa racionalidade econômica, ao passo que o que vem sendo proposto pelo Temer parece estar ancorado na irracionalidade política. FHC não conseguiu vender a Petrobras e mudar o nome da companhia por dois motivos: pela resistência dos trabalhadores petroleiros e pela percepção de que



era melhor manter a estatal assumindo riscos para que depois as petrolíferas estrangeiras apenas aproveitassem os retornos de explorar e produzir em áreas já descobertas pela estatal brasileira. No governo Temer, nem o princípio liberal – contestável, diga-se de passagem – da Petrobras como sócia-menor do setor petrolífero internacional tem sido observado, tudo é passível de ser desmontado celeremente para que o governo tente manter o apoio relativo que tem do poder econômico e do Congresso.

**Quais os pontos mais graves do projeto de desmonte de Parente, sutilmente chamado de plano de desinvestimento? O plano de negócios e gestão da Petrobras para o período 2017-2021 sinaliza para a retirada da Petrobras das áreas de petroquímica, gás natural, logística, distribuição, biocombustíveis e fertilizantes. Mas ele precisa ser observado como parte do conjunto de mudanças regressivas realizadas pelo atual governo nas políticas de minas e energia, pois, além do desmonte da Petrobras há ainda: a intensificação e aceleração dos leilões de desestatização para o próximo biênio com a realização de um total de dez rodadas (CNPE – Calendário plurianual de rodadas de licitação 2017-2019); a redução drástica**

dos índices da política de conteúdo local (ANP – Resolução de 2017); a flexibilização do contrato de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação para empresas estrangeiras (ANP – Resolução de 2017); o fim da atuação da Petrobras como operadora única com no mínimo 30% das áreas do pré-sal (PLS 131/2015); o fim do contrato de cessão onerosa que dá à Petrobrás o direito de explorar o excedente de petróleo em certas áreas de exploração e produção (Lei 12276/2010)\*; a renovação do subsídio para importação e suspensão de tributos para as petrolíferas estrangeiras até 2040 (REPETRO – Decreto 9128/2017); incentivos e renúncia fiscal para atividades de exploração e produção de empresas estrangeiras no país (MP 795/2017); tudo culminando na redução de contratação de trabalhadores próprios (intensificada pela própria reforma trabalhista) e na flexibilização da entrada de engenheiros estrangeiros no país (em projeto de lei que em breve o Executivo deve encaminhar ao Congresso).

**Quais as consequências para o país deste desmonte?**

Do ponto de vista internacional, com a atual política o Brasil está perdendo a chance de se tornar um player relevante no mercado mundial de energia e petróleo. Do ponto de vista nacional, estamos abrindo mão de uma política industrial consistente, os impactos nas cadeias produtivas de fornecedores da Petrobras também é significativo, as indústrias naval, de construção civil e metal-mecânica passam por um período de revés, com obras paradas e demissão da mão de obra. O desemprego tem tomado proporções assustadoras. Mas, além desses impactos geopolíticos e macroeconômicos, também chama a atenção o desapego com a soberania nacional, com o desenvolvimento tecnológico e com o



próprio futuro do país, dado que o que se desmonta são as bases do arranjo institucional que nos permitiu ser uma das dez maiores economias do mundo.

**Quais os riscos da manutenção de Pedro Parente no Conselho Administrativo da B3 (fusão da BM&FBovespa e Cetip), mesmo depois de assumir a direção da Petrobrás?**

A sobreposição de cargos entre a presidência da Petrobras e a presidência do conselho da B3 pode ser um indício de que alguns players do mercado financeiro podem estar realizando decisões de compra e venda de papéis com algum nível de informação assimétrica (ou com aquilo que os economistas chamam de “inside information”), esse fato mereceria atenção em qualquer circunstância, mas em um momento de desestatização da Petrobras a atenção deve ser redobrada. A Petrobras, assim como todas as empresas públicas, tem uma dupla natureza: como sociedade anônima ela tem interesses de mercado que são legítimos, como empresa estatal ela deve ter compromisso público com a soberania e o desenvolvimento nacionais, pois ela gere ativos e recursos naturais que são de propriedade de toda a população brasileira e não apenas de seus gestores ou acionistas. Em um momento em que a direção da empresa explicita a priorização dos interesses do mercado, cabe à sociedade fiscalizar e fazer perguntas que nos permitam averiguar se os interesses públicos estão sendo devidamente observados, como professor, pesquisador e cidadão tenho tentado monitorar esse processo.

**O fato de Pedro Parente ser conselheiro do grupo RBS, que representa a Rede Globo no RS, e do Grupo ABC - empresa de propaganda que tem como sócios Nizan Guanaes e Armínio Fraga - ajuda a vender à sociedade suas ideias de desmonte?**

Há um conjunto de afinidades prévias entre as pessoas e instituições citadas, elas compartilham de uma mesma visão de mundo baseada na ideia de que o Estado é o grande responsável pelos nossos vícios enquanto cabe ao mercado resguardar o que seriam nossas potenciais virtudes. É compreensível, embora não necessa-

riamente seja aceitável, que essas figuras circulem por espaços próximos e compartilhem das mesmas redes de relações sociais, políticas e econômicas. Em um país de renda e riqueza concentradas e de capitais simbólicos oligopolizados é quase natural que a alta elite comungue das mesmas antessalas do poder e do dinheiro. O problema é quando ideias em comum se convertem em interesses cruzados, é para essa passagem das ideias aos interesses que devemos estar sempre atentos.

“**No governo FHC as privatizações respondiam a um projeto de enxugamento do Estado (...)**  
**No governo Temer as privatizações respondem a um projeto acelerado de pilhagem do Estado e de ruptura com os principais pactos sociais brasileiros.**”

**A Petrobras planeja concluir a sua adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da bolsa paulista B3 ainda neste ano, em busca de elevar a transparência da empresa. Será somente isso ou também visa dar uma forcinha aos negócios de Pedro Parente?**

As instituições brasileiras ainda precisam palmilhar um longo caminho para aperfeiçoar suas diretrizes e práticas de governança e conformidade. Recentemente diversos veículos da imprensa divulgaram o fato de que o diretor de governança da Petrobras foi temporariamente afastado do cargo pois sua filha havia sido contratada pela Deloitte pouco tempo depois de a consultoria ter firmado um contrato sem licitação da Petrobras. Não entro no mérito sobre a justiça ou não do afastamento, mas uso o exemplo para chamar a atenção para um ponto que suscita uma pergunta: enquanto só as instituições do mercado fiscalizarem a governança das empresas será que teremos uma fiscalização adequada?

**A companhia diz que almeja independência em relação ao governo nos processos de decisão, permitindo inclusive maior voz aos acionistas minoritários. O Conselho de Administração realizou ajustes no Estatuto**

**da Petrobras. A ampliação de voz aos acionistas minoritários seria um dos principais avanços alcançados. Mas toda empresa estratégica, pública ou privada, sempre estará sob um projeto político, não?**

O acionista majoritário da Petrobras é o Estado brasileiro, dar mais voz aos acionistas minoritários é apenas uma outra forma de se dizer que os players do mercado terão mais relevância do que um possível projeto estratégico e de desenvolvimento que leve em consideração menos a atração de capitais externos e mais a soberania e a autossuficiência energética do país.

**O que achou deste processo de Pedro Parente contra você e como está a rede de solidariedade contra este abuso intimidatório?**

Fiquei surpreso com o processo e muito feliz com a acolhida que recebi de diversas pessoas e segmentos sociais que de alguma forma estão atentos e lutando pela indústria de energia e petróleo no Brasil. Prefiro encarar o meu caso não como algo pessoal e pontual, mas como um certo modus operandi que infelizmente vêm se impondo na relação entre Estado e sociedade no Brasil recente, onde o dissenso e a divergência estão sendo paulatinamente substituídos pela judicialização. O que mais me chama a atenção na conjuntura recente não são as interpelações que vêm da estrutura do Estado e de seus agentes, essas acontecem desde sempre. O que salta aos olhos são as interpelações que a própria sociedade tem se imposto: o projeto escola sem partido avança, parte das ciências humanas é banida dos currículos obrigatórios, grupos de estudo são investigados, blogues progressistas são hackeados, jornalistas são silenciados, artigos de opinião são objeto de interpelação judicial, uma filósofa de reputação internacional em visita ao país é ameaçada e agredida. Os saberes, as ciências e as artes não podem ficar à mercê daqueles que usam o direito democrático de liberdade de expressão para atentar contra a própria democracia. Um país que sufoca sua inteligência não conseguirá encontrar uma saída para si próprio. É preciso resistir.

*\*Sobre Cessão Onerosa, vide Boletim nº XVI*

# SEMINÁRIO EM BRASÍLIA REORGANIZA LUTA PELA ANISTIA

O Seminário de Anistia Política - Perspectivas e Desafios à Implantação da Política de Reparação no Brasil, realizado dias 23 e 24/10, na Câmara dos Deputados, em Brasília, teve participação de entidades representativas de anistiados políticos de todo o país. Organizado pela Associação Brasileira de Anistiados (ABAP) e pela Comissão de Direitos Humanos de Brasília, o evento teve a participação do Sindipetro-RJ, representado por Fabíola Mônica, anistiada política, dirigente do sindicato e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

O objetivo central do Seminário foi aumentar a pressão sobre o governo Temer (PMDB) no sentido de reativar a Comissão Nacional de Anistia Política do Ministério da Justiça. "O seminário foi mais um passo da luta contra o desmonte da Comissão de Anistia Política (CAP), que infelizmente vem acontecendo desde o impeachment da então presidente Dilma, em total desrespeito ao previsto na Lei 10.559/02. O que está acontecendo é um desmonte da precária democracia de transição no Brasil", afirmou Fabíola Mônica, que ampliou suas críticas à postura do governo Temer. "Ultimamente temos assistido a uma crescente judicialização das decisões da Comissão, com a Consultoria Jurídica [Conjur] do Ministério da Justiça tentando reavaliar decisões já tomadas pela CAP com base na lei de anistia. Também enfrentamos o problema da anistia concedida pela metade, ou seja, anistia parcial, sem indenizações. Entramos com recurso de revisão, mas isso já tem 9 anos e até agora os casos não foram analisados.

É uma vergonha nacional", criticou Fabíola Mônica.

**PROPOSTAS AO MINISTRO DA JUSTIÇA** - No seminário houve consenso entre várias entidades no sentido de definir propostas a serem levadas ao ministro Torquato Jardim [Justiça], o que aconteceu durante audiência realizada dia 24/10. Representantes dos anistiados cobraram do ministro a imediata recomposição da Comissão Nacional de Anistia, além de mais celeridade nos julgamentos e avaliações de processos sob responsabilidade da Comissão, considerados morosos demais. Em resposta, Torquato Jardim comprometeu-se a reorganizar a Comissão, mas não deu qualquer prazo concreto para isso.

No dia 23/10, também durante o Seminário, Fabíola e Sebastião Neto, diretor do projeto IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas), junto com representantes de outros sindicatos e centrais sindicais, foram recebidos pelo secretário de relações do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Carlos Cavalcante de Lacerda, que comprometeu-se a liberar verbas para permitir a reativação do Grupo de Trabalho (GT) daquele ministério encarregado de pesquisar arquivos relativos às intervenções feitas em sindicatos e entidades de trabalhadores, durante o período de ditadura empresarial-militar no país. As atividades do GT haviam sido interrompidas devido à falta de verbas. "A reativação do GT será uma grande vitória da luta que travamos para que nunca mais sejam esquecidas as arbitriedades cometidas pelo regime de

exceção. Há muitas informações sobre trabalhadores perseguidos, como metalúrgicos e petroleiros, entre outros. Também precisamos ter um museu da memória, como o que estava sendo construído em Belo Horizonte, além das caravanas de anistia. O cartão postal de uma nação desenvolvida é o restabelecimento de sua memória coletiva", explica Fabíola.

**COMISSÃO DE ANISTIA FOI CRIADA EM 2001** - A Comissão de Anistia Política foi criada em 28 de agosto de 2001, por meio da Medida Provisória n.º 2.151, posteriormente convertida na Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. Em linhas gerais, tem por finalidade examinar e apreciar os requerimentos de anistia, emitindo parecer destinado a subsidiar o Ministro de da Justiça na decisão acerca da concessão de anistia política. O regime da anistia política abrange aqueles atingidos por atos de exceção por motivação exclusivamente política entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Até hoje, foram apresentados à comissão mais de 75 mil requerimentos.

Em 21 de setembro deste ano, instituições como OAB, Abap, Fenaj, Instituto Vladimir Herzog, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Instituto da Mulher Negra, CSP Conlutas e Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, entre outras entidades representativas, publicaram um manifesto pelo fim da intervenção na Comissão de Anistia, no qual denunciam a postura do Ministério da Justiça de negar pedidos de reparação mesmo após terem sido aprovados pela Comissão.

## NA SEXTA (24), REUNIÃO DE TERCEIRIZADOS DO CENPES

O Sindipetro convoca os terceirizados do Cenpes para reunião urgente nesta sexta-feira 24, a partir das 11:30, no Clube da Petrobras. Na pauta: descumprimento de acordos;

retomada da campanha pelos 30% para todos; pisos salariais; periculosidade; enquadramento sindical e luta contra o assédio moral praticado por gestores/prepostos.

Compareça, motivos não faltam. Afinal, a situação dos terceirizados na Petrobras está cada vez mais crítica, com as empresas tentando reduzir direitos básicos.

# AEPET PREMIA ILUSTRAÇÃO SOBRE SOBERANIA NACIONAL

Com o objetivo de conscientizar a sociedade brasileira para o seu papel na defesa dos interesses nacionais, a Associação dos Engenheiros da Petrobras está promovendo concurso

para escolher a ilustração que será utilizada na confecção de camisetas e se tornará logomarca em todos os meios de comunicação da Aepet.

As inscrições terminam em 4 de

dezembro e o vencedor receberá R\$ 2 mil como prêmio. Os trabalhos devem ser enviados para o email [camiseta@aepet.org.br](mailto:camiseta@aepet.org.br). Mais detalhes em <http://bit.ly/2AjVYgA>



**Caminhada para o morro da Urca no próximo domingo.**

**Inscrições e informações:**  
[marcosdias@sindipetro.org.br](mailto:marcosdias@sindipetro.org.br)

**Sindipetro RJ**

## COMISSÃO ESTADUAL DO BENZENO PROMOVE ATIVIDADES DE 29/11 A 1/12

Representantes dos trabalhadores na Comissão Estadual do Benzeno do Rio de Janeiro (CEBz-RJ) convidam os petroleiros para atividades alternativas, como segue: 29/11, às 15h, no Sindipetro (Trabalho em Turnos para os Trabalhadores); 30/11, das 9 às 16h, no Sesi Tijuca (reuniões das bancadas dos trabalhadores, da Comissão Nacional do Benzeno e palestra sobre Tecnologia no Combate às Emissões Fugitivas de Benzeno); dia 1/12, das 9 às 17h, no Sesi Tijuca (reuniões da Comissão Nacional do Benzeno, debate sobre 'exposição ao Benzeno' e 'plenária de governo e trabalhadores').

## TRANSPETRO-SEDE: CORTE DE DIREITOS EM NOVOS CONTRATOS E INSEGURANÇA NO PRÉDIO

**M**otoristas da empresa AGF, nova terceirizada contratada pela Transpetro (CNCL) em substituição à Sallute, lutam contra a redução de seus direitos. Em outubro, quando encerraram suas atividades na Sallute, os trabalhadores foram contatados por uma pessoa que se identificou como 'chefe de RH' da AGF e ofereceu-lhes salários de R\$ 1.263,00 e tíquete de R\$ 250,00, tratando a referida proposta na base do 'pegar ou largar'. Na Sallute, esses mesmos trabalhadores recebiam, respectivamente, salários de R\$ 2.077,00 e tíquete de R\$ 640,00.

"Muitos profissionais que não foram contatados há tempo não puderam obter uma recolocação na AGF e o resultado é que, dos 36 profissionais lotados

na Sallute, apenas seis ficaram na AGF, e com menos direitos", denunciou um motorista que não quis se identificar.

No último dia 16/11, após reunir-se com um grupo de motoristas, o Sindipetro decidiu que vai cobrar reunião urgente com a fiscalização do contrato (Transpetro). "Queremos transparência e que todos os números sejam efetivamente apresentados, pois o contrato anterior [Sallute] foi substituído por quatro novos contratos, incluindo o da AGF. Qual o real custo disso tudo? Nós também queremos a recontração dos profissionais que não foram absorvidos pela AGF e que já têm experiência no serviço", explicou Natália Russo, da direção do Sindipetro.

Além de salários e tíquete, a AGF baixou o padrão do plano de saúde, que

passou a ser da Unimed com coparticipação, e não mais da Intermédica. A escala de serviço também foi mudada, de 24 x 48 para 12 x 26, e o curso de direção defensiva passou a não ser mais exigido dos novos profissionais.

### INSEGURANÇA NO EDIFÍCIO-SEDE

- A CIPA da Transpetro-sede está fazendo uma campanha para que os funcionários utilizem o corrimão ao descerem as escadas do prédio. Até aí, tudo bem, não fosse o fato de que vários andares do edifício-sede Irmandade estão sem corrimão e sem rota de fuga. Ou seja: a campanha é mais uma ficção. Se a Transpetro quer realmente fazer uma campanha séria, que comece por oferecer as condições básicas de segurança aos funcionários.



## VAMOS CONSTRUIR A GREVE NACIONAL PETROLEIRA



Reunir os 18 sindicatos já!  
Rumo à greve geral!

**A** FNP, mostrando disposição em manter o diálogo com a Petrobrás, construiu uma lista de reivindicações que preserva direitos fundamentais da categoria. A contraproposta foi aprovada nas assembleias e será entregue ao RH da empresa.

A empresa sequer estendeu os direitos do atual acordo coletivo até o final da negociação, como é de praxe em todos os anos. As reuniões de negociação não avançaram e os trabalhadores não vão aceitar terem seus direitos rasgados. Só a mobilização poderá reverter a situação. A revolta dos petroleiros é em todo o país. Não só nas bases da FNP, mas também nas da FUP, onde a proposta da Petrobrás também foi rejeitada. É a hora de sairmos do discurso e passarmos para a unidade real dos calendários de luta. A FNP já enviou à FUP desde setembro (fac-símile acima) convite para reunirmos todos os sindicatos para a construção de uma greve nacional contra: a venda de ativos, a proposta

de equacionamento da Petros e a retirada de direitos. E reforçou o convite nesta quarta, dia 22.

Os petroleiros precisam realizar uma greve forte, nacional e unificada, que derrote a direção da empresa e o governo. Para isso é necessária a unidade entre os trabalhadores das diversas bases, e também com os petroleiros terceirizados e das subsidiárias.

**OUTROS SETORES** - Diversas categorias estão mobilizadas, resistindo aos retrocessos que estão sendo impostos. Os trabalhadores da EBC iniciaram greve dia 14. Comerciantes do Rio aprovaram mobilizações inéditas na categoria. Outros setores organizam ações nos próximos dias.

Servidores públicos de todo o país fazem uma grande marcha a Brasília na próxima terça-feira (28), pela anulação da reforma trabalhista, pelo arquivamento da proposta de reforma previdenciária, contra a privatização dos serviços públicos e estatais.

Convocada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), CSP Conlutas, CUT e CTB, a marcha também tem, entre seus eixos, a luta pela revogação da Emenda Constitucional 95 (que congelou o orçamento da União por 20 anos) e contra a MP 805/2017 (que aumenta a contribuição previdenciária de 11% para 14% e adia para 2019 os reajustes salariais do funcionalismo público).

Já confirmaram presença servidores de universidades públicas, saúde, assistência social, receita federal, cultura e judiciário, além de categorias do setor privado.

No Estado do Rio, servidores da saúde estadual, segurança pública, Uerj, Faetec e judiciário continuam mobilizados pelo pagamento integral de todos os salários atrasados, incluindo o décimo-terceiro de 2016. Os trabalhadores também reivindicam concurso público e fim das terceirizações.

## ENTIDADES INGRESSAM COM AÇÕES EM DEFESA DOS PARTICIPANTES DA PETROS

**R**eunidos na última quarta (22), na sede do Sindipetro, representantes de FNP, Aepet, GDPAPE, Federação dos Marítimos, Fenaspe, advogados, conselheiros eleitos da Petros e petroleiros definiram um conjunto de ações (judiciais, extrajudiciais e administrativas) com o objetivo de evitar que a Petros implemente um equacionamento que considera um déficit que, em sua grande parte, é dívida que a Petrobrás e demais patro-

cinadoras têm com os participantes do plano Petros 1. Ou seja: evitar que se efetue o confisco das aposentadorias e pensões ou a majoração extorsiva das contribuições.

As ações serão implementadas a partir desta quinta (23), visando proteger os interesses dos petroleiros.

As iniciativas incluem o questionamento, junto a cada instituição envolvida (Petros, Petrobrás, BR, órgãos reguladores), dos critérios utilizados, das

inconsistências técnicas e ilegalidades do equacionamento proposto, reivindicando a suspensão de qualquer descontento abusivo.

Todas as ações serão coordenadas, para que não se inviabilizem mutuamente.

O Fórum de Defesa da Petros vai convocar ato público unificado em defesa do Plano Petros 1, questionando a forma de equacionamento proposta.